

15a
edição**Nzinga Mbandi representada através da resistência ao domínio português**

Por Priscilla Maria Weber

E-mail: priscilamariaweber@yahoo.com.br

Graduada em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Resenha da obra: PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.

O livro *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão* de Selma Pantoja, atualmente professora da Universidade de Brasília, é originário da sua dissertação de mestrado, escrita no período de 1984 a 1987. Enfocando Angola do século XVII, evidencia um pioneirismo, já que é uma das primeiras obras sobre história da África com autoria de uma intelectual brasileira, tornando-se item obrigatório nas estantes dos estudiosos sobre o assunto. Entretanto, a obra também declara o silêncio que envolve, ainda na atualidade, as temáticas sobre africanidades. É bem verdade que nos últimos vinte anos muito se fez no Brasil nesse campo de saber. O fomento aos estudos africanos é recorrente em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. No restante do país, os trabalhos sobre África engatinham, tendo muito ainda por fazer, tanto nos campos relacionados à história da escravidão – que, muitas vezes, enxerga o negro apenas como escravo, esquecendo que existe um universo muito maior –, quanto nos estudos culturais, muito freqüentados pelos historiadores brasileiros, mas que, por vezes, renegam nossas africanidades.

A obra de Pantoja historiciza de forma empolgante e intrigante para o leitor que, a cada capítulo, quer descobrir mais sobre a vida de uma mulher, da rainha Nzinga Mbandi, referida pela historiografia africana, segundo Marina de Mello e Souza, [1] como a primeira angolana que resiste à dominação portuguesa. Nascendo por volta de 1582 no Ndongo Oriental, filha de Jinga Mbandi Ngola Kiluanji, rei do Ndongo, e de uma escrava Imbundo, Guenguela Cacombe, Nzinga foi preparada para liderar por seu pai, recebendo os princípios de uma educação religiosa e práticas que diziam respeito aos Jagas e aos Imbundos, sendo que a parte Imbundo de sua progênie advinha de sua mãe por herança de seu tataravô. Ou seja, Nzinga não possuía matrilinearidade, [2] o que dificultava sua ascensão ao poder. Contudo, se manteve como líder principal dos reinos de Ndongo e Matamba, articulando com diferentes exércitos empreitadas bélicas contra os portugueses e possuindo traquejo diplomático para corroborar seus propósitos por, pelo menos, cinquenta anos. Essas e outras averiguações estão presentes no decorrer dos capítulos da obra. Por ora, seguimos com uma sucinta descrição dos caracteres mais importantes que compõe a obra de Selma Pantoja, para que possamos ter uma visão geral do livro.

No primeiro capítulo intitulado “A historiografia e o Universo Negro-Africano”, Selma Pantoja vai abordar de forma explicativa apontamentos sobre os estudos relacionados à África e a escravidão africana e atlântica, diferenciando-as e trazendo importantes discussões presentes na historiografia inglesa e francesa. O capítulo de número dois, “Os povos e sociedades da região da África Central Ocidental”, enfoca o predomínio dos povos de língua banto, situados ao norte do rio Zambese, na região de interesse da autora, ou na África Central-litorânea, que compreende além de outros territórios, Congo e Angola. Ainda argumenta sobre as importantes atividades na África Central inseridas pelos bantos, como a agricultura e metalurgia, além do esforço em deslindar algo por demais complexo: as linhas de parentesco e competitividade exercidas na África Central. Esse item é basilar, porém de difícil compreensão para quem recém inicia os estudos sobre África devido à abundância de informações, expostas tanto em fontes primárias quanto pelos autores que trabalham com a temática e ainda não possuem um

consenso sobre essa informação, que permite compreender uma tradição e um sistema político engendrado em relações familiares, tornando o entendimento das sucessões dos chefes locais possível.

O título “Angola: aspectos do mundo natural” elucida o terceiro capítulo. Com ele conhecemos um pouco dos caminhos fluviais e oceânicos que escoavam o comércio na região de Angola. Enfatizamos que nos reinos de Ndongo e Matamba, liderados pela Nzinga Mbandi que esteve sempre na mira dos canhões portugueses, se localizava regionalmente como fundamental para que os lusos ampliassem seu domínio escravista. Congo e Luanda estavam em poder dos lusos e, sem adentrar ao território liderado por Nzinga Mbandi, o acesso a outros locais da região Central africana era muito dificultoso. Como uma continuação da temática, o capítulo quatro sugere a leitura sobre “Os Mbundo”, revelando a trajetória desse povo como ligada diretamente aos bantos, e como formadores de diversas confederações ou estados, com variadas organizações políticas. Um exemplo dessas formações é o Ndongo, onde nasceu Nzinga. Ainda no capítulo quatro temos uma descrição das diferentes funções e títulos existentes no Ndongo, Matamba e adjacências, como Ngola (rei), Ngolambole (comandante de guerra), Muenequizoile (responsável pela alimentação dos convidados), além da contextualização histórica do período de liderança de Nzinga, fator que vai embasar a leitura dos próximos capítulos.

São reservadas às análises derivadas da parte central do livro – mais precisamente, o capítulo cinco, “Africanos e portugueses no comércio e escravidão” – os primeiros contatos dos Mbundo com os portugueses, em 1540, até as investidas contra o Ndongo, que permitem entender as manobras políticas, a disseminação de um sentimento anti-português na região, além da articulação para a utilização de dupla linhagem, Mbundo e Jaga, para que Nzinga se mantivesse no poder. No capítulo seis – como o título já permite deduzir, “Nzinga Mbandi no poder” –, discute-se sobre o período de liderança dessa rainha, narrando-o com amplo respaldo documental. Pantoja vale-se de fontes documentais oriundas de arquivos portugueses e angolanos, literaturas de cronistas que estiveram na África Central Litorânea no século XVII e documentos avulsos, como cartas, alvarás, bulas papais, entre outros, para construir seus argumentos.

Por fim, o leitor se depara com a derrocada à resistência aos lusos de Ndongo e Matamba e com a morte da rainha africana. Na realidade, o que as fontes e Pantoja permitem crer é que Nzinga, já com idade avançada, estava debilitada e sem meios para resistir ao exército de Portugal. Essa rendição é associada em “A integração de Nzinga ao tráfico atlântico de escravos”, título do sétimo e último capítulo. Assim, com a velhice da rainha os portugueses finalmente conseguem adentrar em Matamba e plenamente no Ndongo. Entretanto, o nome de Nzinga Mbandi não passa despercebido pelas outras gerações que a sucedem. Ao contrário, nunca foi associado à derrota, exceto pelas fontes documentais escritas por portugueses que atrelam significados pejorativos à rainha em virtude de sua resistência às investidas que primavam pela dominação, seja comercial ou de catequização dos africanos.

Nzinga Mbandi é aclamada, ainda hoje, na África Central e está presente em diversos autos folclóricos brasileiros. Como descreve Câmara Cascudo, nas Congadas pelo nordeste do Brasil “aparece seu nome (Nzinga, Jinga ou Ginga) soberano, dispendo vidas, determinando guerras, vencendo sempre. Reaparece lembrando, não as campanhas contra os portugueses, mas as incursões militares aos sobatos vizinhos, régulos do Congo, Cariongo em Ambaca.” Selma Pantoja escreve sobre uma mulher, líder na África Centro Ocidental Litorânea, sobre uma personalidade que foi mitificada, atravessando os séculos e os oceanos, estando presente em diversas culturas.

A importância de buscar subsídios para o entendimento de quem foi essa mulher, essa rainha africana, comporta entender não só a África, mas também o Brasil. Nesse sentido se encontra a magnitude da obra de Pantoja, que persevera em lucidez intelectual escrevendo uma história que passa longe do tradicional, mobilizando fontes adequadas e ousando em analisar um objeto de estudo muito peculiar. Aproveitamos para comentar que o primeiro passo para uma maior produção intelectual no Brasil sobre a África, independente do objeto que se pretenda estudar, talvez seja admitir que os cativos não desembarcaram nas praias brasileiras sem memória. Eles trouxeram consigo um passado que continua nosso ou, como diria Roger Bastide, os “navios negreiros transportavam a bordo não somente homens, mulheres e crianças, mas ainda seus deuses, suas crenças e seu folclore.”[5]

O negro não se reinventa no Brasil, ao contrário, traz consigo elementos que aqui vão ser significados, hibridizados, construindo uma cultura. Também não reproduz no Brasil tudo que deixa nas suas terras de origem, tampouco os portugueses o fazem, mesmo estando em condição de senhores.

Cerimônias, costumes e comportamentos foram modificados, re-significados, incorporando elementos dos portugueses e dos africanos que aqui já estavam. Como diria Alberto da Costa e Silva, no Brasil, “África deveria ser sinônimo de mãe-pátria”. [6] Com isso, pode-se evidenciar que o oceano Atlântico, fronteira entre Brasil e África, não é mais que um riacho, que pode ser atravessado com alguns passos.

NOTAS:

[1] SOUZA, Marina de Mello e. A Rainha Jinga - África Central, século XVII. Com ciência, 10 abr. 2008.

[2] Alguns reinos africanos utilizavam para sucessão do trono quem estivesse apto por descendência, ou seja, por linhagens com uma particularidade, a linha de filiação deveria considerar a descendência pelas mulheres como ancestral comum ou matrilinearidade. Para informações mais completas sugerimos: THORNTON, John. Elite women in the kingdom of kongo: historical perspectives on women's political power. *Journal of African History*, 47 (2006), p. 437-60.

[4] CASCUDO, Luís da Câmara. *Made in África*, 5ª ed. São Paulo: Editora Global, 2003, p.39.

[5] BASTIDE, Roger. *As Américas negras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974, p. 26.

[6] SILVA, Alberto da Costa e. Prefácio. In: PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000, p. 13.

© 2002 - 2011 Revista Cantareira - Todos os direitos reservados.

Os direitos dos artigos publicados nesta edição são propriedade exclusiva dos autores.

Esta obra pode ser obtida gratuitamente no endereço web da revista. Pode ser reproduzida eletronicamente ou impressa, desde que mantida sua integridade.